



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional

ATUALIDADE E VITALIDADE DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Failse Cidele da Silva¹
Irenilda A. dos Santos²

Resumo: Este artigo busca tecer reflexões sobre o Projeto Ético Político da profissão, como uma forma de resistência da categoria e que se traduz na necessidade de luta pelos direitos e políticas sociais, tendo o projeto profissional como norte da profissão. Para tanto, deve buscar articulação com movimentos sociais e outras categorias para esta luta tão necessária, num momento de perda de direitos.

Palavras-Chave: Projeto Ético Político; Assistente Social; Prática Profissional.

Abstract: This article seeks to weave reflections about the Political Ethical Project as a way of category resistance and which translates into the necessity to fight for social rights and policies, having professional project as north of the profession. For this you should seek articulation with social movements and other categories for this fight required at a time of loss rights.

Key words: Ethical Political Project; Social Worker; Professional Practice.

I – INTRODUÇÃO

Este artigo busca tecer algumas considerações sobre a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua luta diária na conquista de hegemonia na categoria, buscando destacar sua atualidade e vitalidade na defesa e afirmação da possibilidade de uma nova ordem societária.

De acordo com NETTO (2007), o debate sobre o projeto ético-político, datando desde a segunda metade dos anos 90 do século XX, é bem recente e o caráter relativamente novo dessa discussão revela-se claramente na escassa documentação sobre o tema.

Percebe-se que em sociedades como a nossa, projetos societários tem necessariamente uma dimensão, que envolve relação de poder, desde que essas dimensões não sejam diretamente identificadas com posicionamentos partidários. Para fazermos uma análise dos avanços da categoria, faz-se necessário fazer uma retrospectiva da profissão de Serviço Social desde a década de 70.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Mestrado em Política Social - Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: failseass@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: failseass@gmail.com.

O projeto ético-político do Serviço Social propõe que o profissional de Serviço Social, seja um profissional capaz de lidar com a realidade atual, tendo uma postura crítica mediante a identificação de problemáticas, capaz de decifrar a realidade.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2001, p.20).

Deste modo, percebe-se que o Serviço Social, como profissão requer muito empenho e dedicação por parte do profissional, por tratar-se de relações de poder na realidade posta. É uma profissão que está em crescimento, levando-nos a refletir sobre a necessidade constante de qualificação e conhecimento que nos possibilite intervir e contribuir para a transformação da sociedade.

É uma das poucas profissões que possui um projeto profissional coletivo e hegemônico, construído pela categoria a partir das décadas de 1970 –1980 e que expressa o compromisso da categoria com a construção de uma nova ordem societária, mais justa, democrática e garantidora de direitos universais. Tal projeto tem seus contornos claramente expressos na Lei 8662/93, no Código de Ética Profissional – 1993 e nas Diretrizes Curriculares da profissão.

A busca pelo conhecimento e aprimoramento das ideias é um dos fatores primordiais da profissão, onde o profissional deve intervir e ao mesmo tempo, oportunizar o aprimoramento nos serviços prestados e, por consequência proporcionar melhor qualidade de vida à sociedade.

II - CONSOLIDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A profissão de Serviço Social se consolida em contextos históricos bem de marcados, de acordo com o crescimento político dos profissionais e do momento político vivenciado pelo país, tanto que o atual Projeto Ético Político Profissional surgiu na transição da década de 1970 a 1980.

Conforme Netto (2001), este período marca um momento significativo para a categoria de Serviço Social, pois relembra o momento vincado pela ruptura e enfrentamento do Serviço Social conservador.

As bases de um novo projeto iniciam-se com o Movimento de Reconceituação da categoria, marcado pela busca da ruptura com o tradicionalismo, lutando por conquistas e avanços da profissão.

A relação do debate atual com esse longo trajeto é uma relação de continuidade e de ruptura. É uma relação de continuidade, no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional. (IAMAMOTO, 2001, p.51).

Observa-se que os profissionais de Serviço Social, envolvidos nesta conjuntura, buscam o desenvolvimento da profissão, claramente vinculado a uma classe e a defesa dos direitos.

Em nossa sociedade, a implementação de projetos societários tem necessariamente uma dimensão política, nas quais, a relação de poder é envolvida, mas não se identifica diretamente essa dimensão com posicionamentos partidários, ainda que para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo, os partidos políticos se constituam como indispensáveis.

De acordo com Netto (2007), os projetos societários se apresentam como projetos coletivos, visando uma imagem de sociedade em construção e para concretizá-la, privilegiam meios tanto materiais, quanto culturais.

Os projetos societários dispõem de condições menos favoráveis, por responderem aos interesses da classe trabalhadora para enfrentar os projetos das classes politicamente dominantes, inclusive no judiciário e legislativo.

O movimento de Reconceituação, por volta de 1975, apresenta um dos primeiros traços pertinentes a essa nova concepção, se relacionando com a tradição Marxista. A partir de então, o pensamento de raiz Marxista deixa de ser estranho ao universo profissional dos Assistentes Sociais e inicia-se a pensar a profissão sob as lentes de correntes marxistas, essa conjuntura se inscreve como um dado da modernidade profissional.

Desse modo, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social constitui-se, no interior da profissão, num esforço para o desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. Isso se dá, motivado pelas pressões sociais, demandas dos setores populares, num contexto de grande mobilização, historicamente marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões sociais em face da dinâmica da acumulação capitalista. (SILVA, 2002, p.72).

Uma das conquistas destacadas com a Reconceituação é uma nova relação dos profissionais com a discussão política a profissão, visivelmente reconhecido mediante a nova articulação, com a necessidade de urgência em fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina, especificidade política desta região

“O movimento de Reconceituação, em sua tônica dominante, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente.” (IAMAMOTO, 2001, p.204).

Conforme Netto (2006), a obra de Marx é uma resposta aos problemas colocados pela sociedade burguesa, resultante de um contexto sociopolítico determinado e uma proposta de intervenção, que tem como centro a classe operária.

O autor afirma ainda que a teoria de Marx é uma teoria complexa com hipóteses verificáveis e quando o modo de produção capitalista se torna dominante, podem ser extraídas análises históricas concretas, sobre a gênese, a constituição e o desenvolvimento da organização social da sociedade

Mediante o contexto histórico do Serviço Social, percebe-se que a descoberta do marxismo pelo Serviço Social teve grande influência no processo de intenção de ruptura com o conservadorismo, levando a categoria a ter uma visão, mais questionadora da realidade.

O que importa ressaltar – para os fins da presente análise – é que se a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, as formas pelas quais se deu aquela aproximação do Serviço Social com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional (...). (IAMAMOTO, 2001, p.210).

A descoberta do marxismo pelo Serviço Social Latino-americano contribuiu para o processo de ruptura teórica e prática da tradição profissional, o que de certa forma fez com que a categoria enfrentasse grandes equívocos de adaptação e aceitação de ordem teórica e política.

Com o desenvolvimento das sociedades nacionais, novas conotações são adquiridas e é nos contextos históricos que a identidade profissional se consolida.

Conforme Netto (2007), o início do projeto ético político se efetivou desde a segunda metade dos anos 90 e considerando que o marco desta discussão surgiu na transição da década de 70 a 80, o que veio demarcando um período de extrema importância para o Serviço Social, especialmente pela denúncia e ruptura do conservadorismo profissional, dando início a um projeto novo, mas que não necessariamente obteve aceitação na prática, por todos os profissionais.

Os projetos societários se apresentam como projetos coletivos, visando uma imagem de sociedade em construção e para concretizá-la, privilegiam certos meios, tanto materiais, como culturais e para justificá-las solicitam determinados valores. Esses projetos se constituem como projetos macroscópicos, que para o conjunto da sociedade se apresentam como propostas. Somente esses projetos apresentam essas características,

outros projetos coletivos, como profissionais, não possuem a mesma proporção de amplitude.

Em nossa sociedade, torna-se necessário a implementação de projetos societários, assim como há necessariamente uma dimensão política que envolve a relação de poder, todavia esta não se identifica diretamente com posicionamentos partidários, ainda que para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo, os partidos políticos se constituam como indispensáveis.

De acordo com Netto (2007), a trajetória histórica na ordem do capital demonstrou que mesmo num quadro de democracia política, por razões culturais e econômico-sociais, os projetos societários sempre dispõem de condições menos favoráveis, por responderem aos interesses da classe trabalhadora para enfrentar os projetos das classes politicamente dominantes.

III – O PROJETO ÉTICO POLÍTICO

O projeto hegemônico de um determinado corpo profissional geralmente é permeado pelo pluralismo profissional e determina uma espécie de acordo sobre os aspectos que no projeto se determinam como imperativos (obrigatórios) e aqueles considerados indicadores (consenso mínimo).

Entretanto, mesmo nos mecanismos imperativos existem divergências, tanto que o Código de Ética das profissões, mesmo sendo componente imperativo, em alguns de seus princípios e implicações, são motivos de debates e discrepâncias, no interior dos corpos profissionais ou são legitimados como outro indicador das disputas e tensões.

Mais exatamente, todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprimem as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de ideias e não por mecanismos coercitivos e excludentes. (NETTO, 2007, p. 145).

A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social no Brasil, se deu a partir da quebra do Monopólio do conservadorismo profissional, consolidando estas conquistas com a formulação do Código de Ética Profissional, instituído em 1986, sendo que na transição dos anos oitenta aos noventa do Século XX, período em que o Projeto Ético-Político do Serviço Social, este se estruturou como base.

Ele é resultado de um longo e coletivo processo construído nas últimas três décadas e capitaneado pelas entidades nacionais da categoria, e tem seus valores e pilares definidos no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996, que vêm orientando a

atuação do Serviço Social tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional. (BEHRING, 2010, p.194).

É na construção de uma nova ordem social, sem exploração, dominação da classe, sem discriminação de etnia ou gênero que o projeto profissional vinculado ao projeto societário se consolida.

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 2007, p.155).

Pode-se dizer que o Projeto Ético Político do Serviço Social no Brasil, conquistou hegemonia no Serviço Social, na década de noventa do Século XX e é consideradamente relevante que na segunda metade dos anos noventa, este projeto conquistou hegemonia no interior do corpo profissional, tendo relevância significativa, na articulação definida numa direção social estratégica, reformulada pela vontade político-organizativa das vanguardas profissionais. Não por acaso, é neste período que o país esta saindo de uma ditadura, e entendo no processo democrático.

É visivelmente observado que os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo-privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, etc., inviabiliza meios para que o Projeto Ético-Político Social cresça, porque preserva e atualiza valores liberais enquanto que o projeto profissional aponta precisamente para o combate ao neoliberalismo, informando e se tornando solidário à massa da população e à sociedade que interessa.

Nos anos 1980, construiu-se um novo ethos, cuja identidade foi sendo moldada por posicionamentos éticos e políticos adquiridos por meio da participação cívica e política, do trabalho, da vivência e enfrentamento de novas necessidades, escolhas e posicionamentos de valor, da recusa de valores e papéis tradicionais, da incorporação de novos referenciais ético-morais, entre outros aspectos. O compromisso com as classes trabalhadoras surge como valor ético-político central, orientando, por exemplo, o posicionamento político dos setores organizados da categoria, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Ocorre que, neste momento, as especificidades/diferencialidades da ética e da política não são explicitadas ou trazidas ao debate, dificuldade já evidente em 1986, por ocasião da reformulação do Código de Ética de 1975, quando esse compromisso político é afirmado, sem levar em conta que um Código se compromete com valores éticos. (BARROCO, 2004, p.29).

É na perspectiva da transformação, que os profissionais devem atuar, pois o desafio é não confundir Estado com Governo, pois o governo passa, mas o Estado fica e é nessa

perspectiva de transformação do Estado que devem atuar os profissionais, articulando o fortalecimento das instituições democráticas, articulando se com os movimentos sociais, na busca de subsidiar e ampliar os direitos da classe trabalhadora.

Na década de 80, inicia-se o processo de legitimação aos embates no plano organizacional da categoria e é mediatizado a relação de parcel da profissão, dos avanços profissionais e o avanço do partido dos trabalhadores, que nascera nesta mesma década.

Mais mediatizada, esta relação entre os avanços profissionais e o percurso do PT manteve-se na década de 1990 – precisamente a década em que a base documental fundante do projeto ético-político aparece formulada por inteiro (refiro-me ao conjunto constituído pelo Código de Ética, pela Lei de Regulamentação do Exercício profissional e pelas Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica). E se manteve igualmente uma forte identificação entre lideranças profissionais, acadêmicas inclusive, e militância partidária. (NETTO, 2004, p.23).

Esta relação e continuidade se explicam pela substancialidade do projeto ético-político, na defesa de políticas sociais de caráter estatal e universal, garantidoras e ampliadoras de direitos. Nos anos 90, os imperativos práticos profissionais tiveram nos movimentos sociais um aliado fundamental, contribuindo na sua elaboração, mas não se subordinando a profissão a alguma ingerência profissional.

Nota-se que é constante o desafio dos profissionais em romper com o conservadorismo profissional, pois é identificada por muitos autores a necessidade de se consolidar a ruptura com o Serviço Social tradicional e para tanto, se faz necessário fortalecer o projeto de “intenção de ruptura”, que por sua vez é o responsável pela construção do atual projeto ético político profissional, e em especial, alavancá-lo para o cotidiano dos Assistentes Sociais, assim como nas instituições e nos serviços.

Conforme Netto (1996), é necessário se referenciar aos anos 80 para se falar em Serviço Social, pois esta década nos remete para o entendimento da profissão hoje, nas entidades representativas da categoria e na academia, significando o início da maturidade da tendência atualmente hegemônica, assim como a intenção de ruptura e com isso a interlocução real com a tradição marxista. Neste período, muitos profissionais desta vertente se inserem nas Universidades e dentro do processo de renovação da profissão, porém pouco consegue efetivamente intervir nos serviços.

A profissão de Serviço Social se consolida especialmente na década de 80, uma busca teórica que nos norteia a refletir no fazer profissional, rompendo com o tradicionalismo, num fazer crítico e eficaz.

Se o Serviço Social cresceu na busca de uma fundamentação e consolidação teórica, poucas mudanças conseguem apresentar na intervenção. Sem dúvida, para se avançar hoje na profissão, se faz necessário recuperar as lacunas da década de 80. E a intervenção é uma prioridade, pois poucas alterações trouxeram os ventos

da vertente intenção de ruptura para o cotidiano dos serviços. (BRAVO e MATOS, 2007, p.204).

A busca pela fundamentação teórica do Serviço Social nos remete a entender que a profissão está em constante transformação, se adequando à realidade e à intervenção profissional, porém este fazer profissional é um dos maiores desafios enfrentados pelo profissional de Serviço Social.

Conforme Mota (2007), em favor das prescrições neoliberais, as lacunas conquistadas na década de 80 passam a ser negadas a partir de meados dos anos noventa, momento em que as classes dominantes iniciam sua ofensiva contra a seguridade universal, por exemplo e as conquistas da profissão se confrontam com as imposições do sistema capitalista, a qual limita os direitos sociais adquiridos na Constituição Federal de 1988.

A seguridade social proposta na Constituição federal já era limitada. Após dezesseis anos de adoção sucessiva de políticas neoliberais e ajustes fiscais que priorizam o econômico em detrimento do social, temos uma seguridade social dilapidada: institucionalmente fragmentada, com mistérios e secretarias específicas que disputam poder e recursos; financeiramente usurpada, com seus recursos sendo deslocados para outras áreas e utilizados para gerar o superávit primário; e politicamente fragilizada em seus mecanismos de participação e controle, com extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social e dos conselhos locais de Previdência Social (recentemente restabelecidos), além da desarticulação dos Conselhos Nacionais da Assistência, Saúde e Previdência. (BOSCHETTI, 2004, p.117).

Desta forma observa-se que a formação profissional existe no movimento das relações sociais e contradições, num dado momento histórico e é neste quadro que situa e se move o Serviço Social

“Entretanto o projeto ético-político forjado desde os fins dos anos 1970 e que conquistou hegemonia na categoria a partir do início dos anos 1990, vem defendendo determinado padrão de seguridade social que se coloca na contramão do quadro apontado acima.” (BOSCHETTI, 2004, p.118).

Percebe-se que o projeto ético-político vem se efetivando e conquistando hegemonia na busca da efetivação de direitos, procurando se adequar à situação real.

“Nesta perspectiva, a escolha de teorias num processo de formação não é neutra; espelha interesses envolvidos no fazer profissional e nas tentativas de interlocução com as forças historicamente presentes naquele tempo e espaço.” (NICOLAU, 2004, p.92).

No esforço de ultrapassar a aparência, a construção teórica não é neutra, suas escolhas e definições respondem tanto a história social do sujeito, como sua história pessoal, com todas as relações que as formam, conforma e informa.

Percebe-se que o projeto ético-político não é um projeto pronto e formulado e sim um desafio que os profissionais devem enfrentar para que ele se efetive, fazendo com que no

cotidiano de sua prática e na articulação de suas ações com outros sujeitos que partilhem dos mesmos princípios, busquem alternativas a serem desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social, visualizando a democracia e a emancipação do sujeito.

O Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes e desde então, inicia-se um esforço em desenvolver e fortalecer a prática institucional, percebida em sua articulação com os movimentos sociais populares organizados, passando a instaurar a possibilidade de uma separação entre os objetivos institucionais e os da prática profissional. Nessa perspectiva, o Serviço Social aponta a necessidade de desvendar a dimensão política da prática profissional, questiona a vinculação histórica da profissão com interesses dos setores dominantes e busca novas bases de legitimação.

Conforme Silva (2002), o ano de 1979 ficou conhecido como o “ano da virada”, marcado por um movimento de oposição à direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo, vivenciando a rearticulação da Associação Profissional de Assistentes Sociais, também de São Paulo, na busca de fortalecimento do movimento sindical no interior da categoria. Nessa conjuntura, novas associações profissionais surgem. E as reativações de sindicatos, juntamente com associações, posteriormente se transformam em sindicatos estaduais, permitindo dessa forma a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS).

Em 1979, havendo a necessidade de um espaço para divulgação de um pensamento emergente no Serviço Social, cria-se então a revista Serviço Social e Sociedade, devido à insuficiência de outras publicações, bem como editoras como o CBCIS, que publica a revista Debates Sociais e a coleção Temas Sociais, dentre outra. Sob a orientação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), surge a primeira turma de doutoramento em Serviço Social em 1981, abrindo uma linha específica para financiamento de pesquisa, verificando-se em 1982, o reconhecimento oficial da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O principal suporte para a formação e exercício profissional no país se dá mediante o avanço acadêmico do Serviço Social no Brasil, havendo influências de publicações brasileiras, influenciando inclusive as literaturas latino-americanas.

O percurso do Serviço Social no Brasil, no período 1974-1985, configura uma intensa movimentação dos assistentes sociais que repercute profundamente nas três dimensões constitutivas da profissão representadas pela dimensão político-organizativa, pela dimensão acadêmica e, talvez, com menor intensidade, pela dimensão da intervenção profissional, no nível dos organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos sociais. (SILVA, 2002, p.42).

A revitalização profunda nos organismos básicos do Serviço Social brasileiro se dá por meio da dimensão político-organizativa, causando contradições, lutas e divergências no interior das entidades nacionais como ABESS e CFAS, atingindo a criação da ANAS, em 1983. Isso vai efetivando a reativação das entidades sindicais e pré-sindicais em todo país e no interior dos movimentos e lutas estudantis universitárias em geral, registra-se a reativação do movimento dos estudantes de Serviço Social, gerando dessa forma uma maior participação de grupos de assistentes sociais também na política partidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste artigo discutir o Projeto Ético Político, que pressupõe exercitar uma reflexão teórica do Serviço Social, absolutamente importante no momento histórico que vivemos, por conta do avanço da direita e da constante quebra de direitos duramente conquistados na luta.

Os avanços da categoria nos mostram a necessidade de qualificação por parte dos profissionais, bem como, nos remete a entender a profissão como processo em construção.

Percebe-se que a modernização conservadora no país exigiu a renovação do Serviço Social frente às novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, bem como para o atendimento das novas demandas submetidas a racionalidade burocrática.

É visível que a década de 1980, foi um período de aprofundamento da crise econômica que se evidenciou em grande mobilização política e nessa conjuntura, há um movimento significativo no Serviço Social, de incorporação de algumas temáticas, como o Estado e as políticas sociais fundamentadas no marxismo e na ampliação do debate teórico.

Percebe-se que a maioria dos profissionais ainda apresenta dúvidas no que se refere ao projeto ético político e ainda não o incorporou em sua prática real, especialmente por ser um projeto ideológico de esquerda, que nos leva a uma correlação da teoria com a prática.

O projeto ético político profissional requer do Assistente Social, que este seja um profissional preocupado com a ampliação dos direitos sociais, que atue junto aos movimentos sociais organizados na sociedade, que elabora políticas públicas de acesso aos direitos sociais garantidos constitucionalmente, que propicia meios aos seus usuários para o exercício de sua cidadania, buscando igualdade de oportunidades e que atua como mediador de conflitos entre as classes, ou seja, que busque ser um profissional proativo.

Todavia, mesmo num quadro de democracia política, a experiência histórica demonstrou que na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas, sempre

dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos da classe politicamente dominantes.

Do ponto de vista profissional, o projeto ético político implica o compromisso com a competência ético política, teórico metodológico e técnico operativo, que tem como fundamento buscar o aperfeiçoamento constante do Assistente Social. Este profissional deve ter uma formação acadêmica qualificada, com fundamentação teórica, crítica e metodológica capaz de viabilizar uma análise concreta da realidade, estimulando uma concepção investigativa da prática.

É evidente que a efetivação do projeto ético político da profissão não depende unicamente da articulação dos profissionais de Serviço Social, mas sim de sua articulação com outras categorias e movimentos sociais. Assim, dependem vitalmente do fortalecimento do movimento democrático popular, bem como da vontade majoritária do corpo profissional em engajar-se na luta pela efetivação dos direitos e pelo fortalecimento do projeto ético político.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia Silva. **A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social.** In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 79. São Paulo: Cortez, 2004, pp.27 – 42.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 2010, v.2.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** In Revista Serviço Social e Sociedade, n.79. São Paulo: Cortez Editora, 2004, pp.108-128.
- BRAVO, Maria Inês S. e MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007, pp.197-217.
- CFESS. **Código de ética do assistente social.** Rio de Janeiro: Grafile, 1997.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001
- MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007, pp. 40-48.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 5. Edição – São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O que é Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos)

_____. **Serviço Social e Saúde. Formação e Trabalho Profissional: A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007, pp. 141-160.

_____. **Transformações Societárias e Serviço Social**. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, pp.. 87-128.

_____. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova**. In Revista Serviço Social e Sociedade n.79. São Paulo: Cortez, 2004, p.05-25.

NICOLAU, Maria Célia Correia. **Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais**. In Revista Serviço Social e Sociedade, n.79. São Paulo: Cortez, 2004, pp.82-107.

SILVA, Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2002.